

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.375 - PR (2019/0006285-4)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : OI S.A**  
**ADVOGADOS : BRUNO DI MARINO - RJ093384**  
**FERNANDA CARVALHO DE MIERES E OUTRO(S) - RJ145184**  
**LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624**  
**RECORRIDO : JOSE ANTONIO DE CARVALHO**  
**ADVOGADOS : ANTONIO CARLOS MANGIALARDO JUNIOR - PR046317**  
**LEANDRO DEPIERI E OUTRO(S) - PR040456**  
**FÁBIO STECCA CIONI - PR037163**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA. DETERMINAÇÃO DE EXIBIÇÃO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. ESPECIAL CONHECIDO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Da petição de agravo de instrumento, pode-se aferir que JOSE ANTONIO DE CARVALHO (JOSE ANTONIO) ajuizou ação de adimplemento contratual cumulada com pedido de exibição de documentos contra a OI S.A. (OI), objetivando o recebimento de diferencial acionário e consectários legais.

O Juízo de piso determinou a exibição do contrato de participação financeira celebrado entre as partes, sob pena de aplicação da presunção de veracidade.

Contra referida decisão, a OI interpôs agravo de instrumento, que foi parcialmente provido pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS INCIDENTAL - DETERMINAÇÃO DO JUÍZO A QUO PARA .QUE A RÉ APRESENTE OS DOCUMENTOS REQUERIDOS PELO AUTOR - PRELIMINAR - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - TESE NÃO ACOLHIDA - DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - INTELIGÊNCIA DA NORMA CONTIDA NO ART. 5º, XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - MÉRITO - DOCUMENTOS COMUNS ÀS PARTES - IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO. NÃO DEMONSTRADA - DECISÃO*

*MODIFICADA PARA DETERMINAR A EXIBIÇÃO APENAS DA RADIOGRAFIA DO CONTRATO - COMANDO JUDICIAL, NO ENTANTO, QUE NÃO EXIME A AGRAVANTE DE APRESENTAR OUTROS DOCUMENTOS QUE O JUÍZO DE ORIGEM JULGAR NECESSÁRIO DURANTE O TRÂMITE PROCESSUAL, ESPECIALMENTE EM EVENTUAL FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fl. 191).*

Os embargos de declaração opostos pela Oi foram rejeitados (e-STJ, fls. 214/222).

Irresignada, a OI interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, alíneas *a* e *c*, da CF, apontando dissídio jurisprudencial e violação do art. 100, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Alegou, em síntese, que não há interesse processual na presente demanda, porquanto o autor não requereu o fornecimento dos documentos e informações na via administrativa, na forma do disposto no art. 100, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e da Súmula nº 389 do STJ.

Não apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 282), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 298/299).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

Não merece prosperar a presente irresignação.

Do interesse de agir

O Tribunal de origem manteve a determinação de exibição da radiografia do contrato consignando que:

*Mister esclarecer, ainda, que a iniciativa instrutória do juiz, que decorre da exegese dos artigos 130 e 131 do Codex Processual Civil, somente se revela razoável quando a parte logra demonstrar a impossibilidade de obter, pessoalmente, a informação cuja*

*requisição pleiteia, notadamente quando se tratar de relação processual desproporcional, que é o que se deflui destes autos* (e-STJ, fl. 197 - com destaque no original).

O fundamento acima destacado não foi objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial, a atrair a incidência das Súmulas nº 283 do STF.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator